

O Trabalhador Rural e Urbano na Terra dos Coronéis

Valmir Batista Corrêa*

A história de Mato Grosso, no período da República Velha (1889-1930), foi marcada pelos fenômenos do coronelismo e do banditismo, configurando uma história de predomínio da violência como estratégia de poder e de sobrevivência. Nesse contexto de domínio do latifúndio, da prevalência de um mundo rural sobre o urbano, bem como da política oligárquica, surgiram os trabalhadores urbanos e rurais concentrados nas atividades da construção da grande ferrovia e nas atividades portuárias, no caso de Corumbá. Imigrantes estrangeiros e migrantes de outras regiões brasileiras formaram o novo componente da sociedade mato-grossense e constituíram o embrião da classe trabalhadora que chegou pelos trilhos e pelo rio Paraguai.

Palavras-chave: Coronelismo. Trabalhador rural. Trabalhador urbano.

O Brazil, esta republica dos negociantes está dividida em três classes distintas: a dos patronatos (coroneis quasi sempre) sugando o operariado; a dos operarios, espoliados pelos patrões e a dos politicos, composta sempre de venaes, canalhas, capachos, bajuladores e gatunos.

A Plebe, Cuiabá, 04.10.1927

O estudo sobre a evolução histórica dos trabalhadores e de suas organizações em Mato Grosso¹, no período da República Velha, constituiu-

*Doutor em História, professor titular aposentado da UFMS. Coordenador da Revista Albuquerque – História da UFMS. Presidente do Conselho Editorial do IHGMS. Membro da Academia Sul-matogrossense de Letras. valmir.correa@uol.com.br

¹ Este artigo é uma versão com algumas alterações de um relatório final de um projeto com o mesmo título, concluído em 1987. Publicado em Universidade do Trabalho –Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social, 1992, 41 p. e na Revista *Intermeio*, Campo Grande/UFMS, n. 1, 1995, p. 53-72. Revisado em 12.04.2013.

The story of Mato Grosso, in the period of the Old Republic (1889-1930), was marked by the phenomena of coronelismo and banditry, configuring a predominance of violence as a strategy for power and survival. In this context of domain of folwark, the prevalence of a rural world on urban, as well as the oligarchic politics, urban and rural workers were concentrated in the construction of the great railroad

and port activities, in the case of Corumbá. Foreign immigrants and migrants from other regions of Brazil formed the new part of Mato Grosso and society constituted the embryo of the working class that reached the tracks and the Paraguayan River.

Keywords: Coronelismo. Rural worker. Urban worker.

-se à primeira vista um desafio ao restaurar uma face esquecida de um estado oligárquico, marcadamente rural e expresso pelo vigor das disputas coronelistas. A esta circunstância histórica somaram-se as demais peculiaridades de Mato Grosso nesta época, tais como, o predomínio do latifúndio; o distanciamento dos centros mais desenvolvidos e avançados do país; a baixa densidade demográfica e o isolamento dos seus poucos núcleos urbanos. Além disso, um agravante na história do Brasil, capaz de criar irreversíveis lacunas e entraves ao estudo de temas como o objeto deste trabalho, decorreu do processo político imposto pelo golpe de 64 que implantou o medo e a perseguição no seio da classe operária, através da repressão aos sindicalistas, do fechamento de sindicatos, ligas e associações de trabalhadores e do desaparecimento e destruição de arquivos sindicais e jornais da categoria. Se na República Velha o trabalhador foi tratado como uma *questão de polícia*, no período de autoritarismo militar o trabalhador tornou-se um *problema de segurança nacional*.

Desse modo, um trabalho de garimpagem foi necessário para que, com o material disponível, disperso e de difícil acesso, fosse possível recompor a trajetória do operariado mato-grossense após a guerra com o Paraguai. Isso sem contar com as armadilhas deixadas pela documentação e pela historiografia que refletiam o pensamento oficial e conservador. Neste sentido, o dia a dia do trabalhador e seu papel no desenvolvimento histórico da região estavam completamente comprometidos e ausentes dos registros da classe dominante.

Nessas condições, as primeiras indagações que motivaram este estudo partiram da necessidade de compreender a convivência de trabalhadores rurais, urbanos e suas organizações, com os latifúndios. No entanto, ao lado do trabalhador rural, que em determinados momentos conseguiu romper a esfera de abrangência clientelista dos coronéis e, portanto, escapou da categoria de

agregado, peão ou jagunço, também apareceu em Mato Grosso um operariado urbano com significativa participação nas lutas por melhores condições de trabalho. Não foi, porém, a sirene das fábricas que marcou as origens dessa nova categoria. O trabalhador urbano de Mato Grosso nasceu sob os apitos das embarcações que trafegaram pelo rio Paraguai e das locomotivas da estrada de ferro Noroeste do Brasil.

1. O Trabalhador Rural na Terra dos Coronéis

Os ervais nativos da região fronteira sul de Mato Grosso despertaram a cobiça de um comerciante responsável pelo fornecimento de gêneros à Comissão que demarcou os limites do Império brasileiro com o Paraguai, após a guerra, Tomaz Larangeira. No entanto, somente a partir de 1880, como Companhia Mate Larangeira, teve início a exploração em grande escala da erva-mate. “Não lhe fora difícil obter exclusividade na exploração dos ervais, mediante contratos de arrendamento que não permitiam o ingresso de intrusos”, afirmou Temístocles Linhares². Estabeleceu-se então na vasta região fronteira o monopólio da exploração da erva-mate, favorecido pela desarticulação da produção paraguaia arrasada pela guerra e num momento em que o produto alcançava alta cotação no mercado internacional.

Contando com mão de obra barata, em sua quase totalidade de paraguaios e de gaúchos, estes egressos da Revolução Federalista, com trabalho escravo a Mate Larangeira transformou-se em um grande império econômico, formando um poder paralelo dentro do próprio estado de Mato Grosso, através de seus vínculos acionários e políticos com o Banco Rio-Mato Grosso e com a oligarquia dos Murtinho.

De início, aproveitando a situação da República paraguaia sob o domínio das forças vitoriosas, e de suas vinculações com as autoridades brasileiras, a Companhia utilizou prisioneiros paraguaios na produção ervateira. O pesquisador que colheu depoimentos e registrou o cotidiano da vida ervateira, Helio

² LINHARES, Temístocles. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p. 150.

Serejo, afirmou que a maior parte dos primeiros trabalhadores veio da prisão paraguaia de Vilarica.

Muitos deles, criminosos de alta periculosidade, eram transportados amarrados e sob vigia e guarda policial, formada *entre os bandidos de melhor comportamento e merecedores de confiança* entre os tiranos membros da ADMINISTRACIÓN./ Ninguém jamais poderá negar que centenas e centenas ficaram ao longo da *estrada do martírio*, mortos que foram, sem nenhuma piedade, pelos que comandavam a trágica caravana dos condenados a uma vivência de sofrimentos inenarráveis³.

Apesar das relações de violência com o trabalhador, a atividade ervateira exerceu forte atrativo na região fronteiriça, provocando uma corrente migratória que de certa forma também não atendeu, pela conseqüente disputa pela terra, aos interesses de controle e monopólio da Companhia. Isso motivou, no âmbito político, a medida de Manuel Murтинho em 1907 de tentar impedir o fluxo migratório para a zona ervateira, forçando assim o deslocamento de trabalhadores para outras regiões do estado.

Porém, os *mineiros* (ervateiros) que ingressaram no trabalho dos ervais arrendados pela Companhia jamais conseguiram escapar ao jugo da empresa. A *comissaria* (armazém) de propriedade da Companhia fornecia alimentos, roupas e outras necessidades, fazendo com que o trabalhador ficasse cada vez mais endividado e, por mais que trabalhasse, não conseguisse quitar a sua dívida. Para Serejo, a vida dos trabalhadores nos ervais “pode representar uma época em que o *homem era escravo do homem*, em que dominava a lei do mais forte e em que, saía com vida aquele que apertava o gatilho!”, e que para “construir era necessário aniquilar, destruir, arrasar”⁴.

Assim, para escapar à exploração que lhe definhava a vida, o ervateiro, ilusoriamente, trabalhava cada vez mais. Porém, a maior dificuldade não era o corte da folha. O trabalho mais terrível e desumano era o transporte do fardo do mate, chamado *raído*, carregado pelo próprio ervateiro e que pesava às vezes mais de 150 kg. Segundo Hernani Donato, que escreveu um romance sobre a atividade ervateira narrando com calor a crueldade da exploração do trabalhador,

³ SEREJO, Helio. *Vida de Erval*. s/d. p. 14.

⁴ SEREJO, Helio. *De Galpão em Galpão*. Presidente Wenceslau, s/d. p. 37

o raído passa uma alça ao redor da cabeça do mineiro. Ela solda a carga ao homem e evita que a espinha dorsal se parta. Ao fim de cem passos, quando o raído *assenta*, a alça começa a latejar, como se batesse para entrar nas paredes do crâneo. Vencido um quilômetro, os ombros ficam insensibilizados pelas duas correias que os enlaçam. Por cima dos outros pesos há também o de suas preocupações: não errar um passo -- pois o tomo pode quebrá-lo debaixo do fardo; e não permitir que a espinha dorsal de curve⁵.

Como o ganho era calculado pela quantidade de arrobas transportadas, o ervateiro trabalhava até o limite de suas forças, engrossando o pescoço e enriquecendo a Companhia. Por isso, uma prática nos ervais, que muitas vezes transformou-se num bom negócio, consistiu em entregar a própria mulher (esposa ou companheira) como pagamento de dívidas. Isso também demonstrou o papel da mulher no universo do ervateiro submetido ao domínio da folha de erva-mate.

Ao ervateiro restava a alternativa da fuga para libertar-se das condições de trabalho impostas pela Companhia. A fuga, porém, era considerado o maior crime que poderia cometer um ervateiro, sendo a sua prática jamais tolerada e os fugitivos, castigados exemplarmente. Os que não morriam fuzilados pelos capangas retornavam amarrados e sucumbiam sob a surra de chicote de couro de anta. Esse mesmo castigo também era aplicado aos ladrões de erva que ousavam trabalhar clandestinamente nos ervais da Companhia. Em 1907, segundo uma estimativa, trabalhavam na Mate Larangeira aproximadamente 3.000 ervateiros⁶.

Na década de 20, a Companhia organizou uma guarda armada, chamada *comitiveiros*, cujo objetivo era perseguir os trabalhadores fugitivos. Para Serejo, “agiram nas zonas ervateiras, com poderes sem limites, ferindo, surrando, torturando, inutilizando para sempre, matando desapiadadamente, estuprando e deflorando humildes mocinhas”⁷. O braço armado da Companhia, impondo pela repressão e pela violência o medo, não permitiu a efetiva organização dos trabalhadores e sua reação ao brutal regime de trabalho.

O grau máximo de organização alcançado por esses trabalhadores foram as *ranchadas*, grupos formados com o objetivo de garantir a sobrevivência de cada

⁵ DONATO, Hernani. *Selva Trágica*. São Paulo: Edibolso, 1976. p. 21.

⁶ FOOT, Francisco, LEONARDI, Victor. *História das Indústrias e do Trabalho no Brasil* (das origens aos anos vinte). São Paulo: Global, 1982. p. 187.

⁷ SEREJO, Helio. *Vida...op. cit.*, p. 51.

um. Por outro lado, reações de desespero contra a Companhia sempre existiram. A única que teve registro e que envolveram posseiros e ervateiros ocorreu em 1932. Esse pequeno levante foi encabeçado por João Christiano Ortt, filho de um posseiro que chegou à região dos ervais em fins do século XIX. Procedente do Rio Grande do Sul, o pai, João Christiansen, permaneceu inicialmente na posse Taquapiry e depois na internada Maracahy, próxima do rio Paraná. Esta área foi desde o início de sua ocupação alvo da cobiça da Companhia que conseguiu, em 1932, a concessão formal de uso. Não restando alternativa, João Ortt “entendeu-se com amigos de confiança, alistou gente, conseguiu armas, conspirou, mediu consequências, e julgando-se forte pelas muitas adesões que recebia diariamente, partiu de Maracahy, em 5 de março de 1932, com um grupo de homens, dispostos a enfrentar a tradicional inimiga”⁸. Esperava Ortt receber adesão de mais grupos armados, o que não ocorreu. Em consequência, ao primeiro fracasso Ortt refugiou-se no Paraguai. Segundo ainda Umberto Puiggari, a

Empresa, de parceria com as autoridades policiais e com o objectivo de não deixar aparecer o motivo real do levante, passou a telegraphar aos quatro ventos, que nos herveas havia surgido uma revolução... COMMUNISTA! Pobre João Ortt... elevado á dignidade de chefe comunista, sem saber mesmo até hoje o que venha a ser comunismo⁹.

Foi desencadeada uma repressão violenta por parte das autoridades policiais e funcionários da Companhia. Indistintamente, ervateiros e posseiros foram espancados, torturados e assassinados (fuzilados ou degolados). Novamente, retornou João Ortt aos ervais, com 28 homens armados, desta vez sofrendo perseguição do 11 RCI, de Ponta Porã, por autorização do general Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar, para combater o *levante comunista*. Impossibilitado de enfrentar as forças militares, João Ortt exilou-se definitivamente no Paraguai, acabando a resistência contra o poder da Companhia.

A área não abrangente dos ervais, ainda na região sul do estado, também envolvida diretamente na invasão paraguaia, ficou totalmente devastada com esse conflito. Da incipiente economia existente na região na fase anterior à guerra quase nada restou, com casas e plantações destruídas e os animais de criação,

⁸ PUIGGARI, Umberto. *Nas fronteiras de Matto Grosso*. Terra abandonada. São Paulo: Mayença, 1933. p. 113.

⁹ *Idem*, p. 114.

que não serviram para alimentar os combatentes, ficaram dispersos pelo campo. Além deste quadro de desolação e devastação, os que retornaram às suas antigas posses, ou seus novos ocupantes, depararam-se também com a violência do pós-guerra. Era comum a ação de grupos de bandidos, desertores e ex-soldados remanescentes do conflito, saqueando o pouco que restou.

Ao mesmo tempo, intensificou-se o fluxo migratório de paraguaios e de gaúchos para a região. A possibilidade de trabalho na pecuária, na extração da erva-mate e na exploração do quebracho, do qual se extraía o tanino para o curtimento do couro, exerceu um fascínio nos *sem-terra* e *sem-trabalho* da época. Existiam também terras e pastagens em abundância, porém sem valor, o que permitiu a formação de grandes posses e a transferência de rebanhos de outras localidades. Porém, a reocupação das terras no sul de Mato Grosso foi feita sob o tacão da violência e da imposição dos mais fortes. A necessidade de mão de obra para os fazendeiros no pós-guerra sedimentou a base do que foi o coronelismo guerreiro na região. E, a ausência do Estado, representado por suas agências fiscais e aparatos de segurança, permitiu que esses coronéis exercessem de fato o poder e a justiça de acordo com seus interesses. Desse modo, a riqueza e o poder foram acumulados através da apropriação do trabalho de uma massa marginalizada no processo de ocupação extensiva das terras, concentradas nas mãos de um reduzido grupo de fazendeiros. Assim, trabalhadores, agregados e jagunços conviveram no universo de exploração e de compromisso dos senhores de terras e comandantes de homens. Todos eram *funcionários*, trabalhadores e soldados, a serviço do latifundiário e submetidos a uma relação unilateral e escamoteada de trabalho escravo, sem alternativas de sobrevivência fora da sua esfera de poder. A pouca representatividade da economia de subsistência e de abastecimento interno no sul de Mato Grosso jogava a população rarefeita e pobre nos braços do coronelismo.

Entre estes se encontravam índios que lutaram na grande guerra ao lado das forças brasileiras e, depois, facilmente cooptados pelos grandes fazendeiros, foram empregados de preferência em atividades da pecuária. O mesmo ocorreu com os escravos engajados de forma compulsória nos batalhões *Voluntários da Pátria*. Muitos não retornaram às suas regiões de origem, desertando e conquistando uma ilusória liberdade. Até mesmo os paraguaios, prisioneiros ou que apenas vaguearam voluntariamente além de suas fronteiras, engajaram-se também

de forma compulsória nas grandes fazendas ou em trabalhos de reconstrução de estadas, segundo denúncias da época.

Uma grande diferença estabeleceu-se nas relações do reduzido número de homens acumuladores de terras, rebanhos e conscientes de seu poderio, com os peões ou camaradas (como foram chamados na região) cujo modo de vida, sem posses e aparentemente livre nas lides do campo, não estabelecia vínculos com o lugar onde trabalhavam e viviam, sem consciência de pertencimento e, muito menos, de cidadania. Além disso, a precariedade de comunicação entre as distantes regiões que gerava o isolamento, a fragilidade do Estado e a ausência das suas ações efetivas também reforçavam o domínio praticamente absoluto desses coronéis que, com seu prestígio e poder, exerceram o controle político e administrativo de toda a região sul do Mato Grosso, impondo sempre as suas vontades. Configurou-se uma dicotomia, com os coronéis todo-poderosos de um lado e os trabalhadores rurais providos de quase nada, de outro.

Em seu ensaio *Oeste*, Nelson Werneck Sodré afirmou que a

expansão notável dos rebanhos, nos chapadões e nas terras baixas do pantanal não pôde ser acompanhada, de perto, pelo poder público. Autoridade e meios de repressão, como a própria moeda, que é o símbolo do Estado, permaneceram nas cidades. Em torno delas, na razão direta da distância, campeia a impunidade. Grandes proprietários, forçados pelo desequilíbrio, montaram a repressão própria. Clãs rurais, verdadeiras sobrevivências daqueles que dominaram certas zonas do país, sob o segundo império, -- surgiram e mantêm-se. Na pobreza de elemento humano, -- outro traço eterno do regime pastoril, -- disperso numa extensão infinita, cortada por caminhos longuíssimos, onde os pousos são espaçados, -- a grande propriedade, conseqüente ao regime pastoril e ao despovoamento, estendeu os seus domínios. A desordem, a dispersão e a autonomia pessoal ou dos clãs passaram a ser os dogmas¹⁰.

Desse modo, enquanto no sul mato-grossense com o término da guerra com o Paraguai recomeçou o processo de ocupação das terras fronteiriças com economia extrativa e agro-pastoril, no norte, as atividades econômicas tradicionais, desde o período colonial como a pecuária, a cana-de-açúcar e a extração da poaia

¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste*. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. p. 16/17.

tiveram novos atrativos econômicos como a extração da borracha e a abertura de novos garimpos na região do Garças.

A febre da borracha, provocada pelas demandas internacionais, também atingiu a região amazônica de Mato Grosso. O modo como foi implantada a atividade extrativa do latex fez com que os seringais, perdidos no meio da floresta, fossem transformados em verdadeiros *campos de concentração*. Os trabalhadores ficavam à mercê da vontade do patrão, cercados por capangas, febres, animais selvagens e atrelados ao armazém da fazenda. Endividados, sem que o rendimento do trabalho mensal pudesse quitar suas dívidas, sempre crescentes, esses trabalhadores jamais se libertavam do domínio do patrão. A revolta e a morte eram os meios do seringueiro escapar da tirania dos patrões. Em 1914, na região de Rosario, seringueiros rebelaram-se e marcharam armados para a cidade. Estes rebeldes tentaram estender o movimento a outros grupos de seringueiros, sem alcançar o resultado esperado. O Partido Republicano Conservador, governista, autorizado a organizar uma força civil de mais de 200 homens, derrotou-os¹¹.

À semelhança da economia da seringa, outras atividades no norte de Mato Grosso também foram estimuladas pelas demandas dos mercados internacionais. O interesse estendeu-se às grandes propriedades agropastoris voltadas à produção de carne, de seus subprodutos como couros, e da cana-de-açúcar. A atividade usineira no norte mato-grossense desfrutou de forte prestígio e desenvolvimento avançado (mesmo com o significativo crescimento da pecuária no estado) e constituiu-se a principal base político-econômica do coronelismo nortista. Os velhos engenhos e engenhocas deram lugar às modernas usinas, já a partir dos fins do século XIX. A usina Conceição, iniciada em 1896, importou as suas máquinas da Inglaterra. Itaiçi, do coronel Totó Paes, datada do mesmo ano, foi a mais moderna do estado e contou com financiamento argentino e maquinaria procedente da Alemanha. Mais tarde, na década de 1920, funcionavam regularmente em Mato Grosso 13 usinas de grande porte.

Apesar de muitas dessas usinas oferecerem moradias especialmente construídas para os trabalhadores, como o caso de Itaiçi, que tinha luz elétrica e mantinha uma banda de música para o lazer dos seus operários, além de escola

¹¹ *Gazeta Oficial*. Cuiabá, 18.08.1914.

para seus filhos, as condições de trabalho pouco se diferenciavam dos antigos engenhos coloniais. Iniciando a lide antes do amanhecer, a jornada diária nos períodos de safra se estendia até as 23 horas. Logo depois do *quebra-torto* (primeira refeição do operário ao se levantar), segundo Lenine Póvoas, “a todos era servida uma dose de aguardente (pinga) fabricada na casa, para dar maior estímulo ao trabalho”¹².

Como acontecia nos ervais e nos seringais, o trabalhador das usinas ficava sempre em débito com o armazém, que lhe fornecia gêneros de subsistência a preço imposto pelo patrão. Por mais que trabalhasse, a dívida crescia além do ganho do trabalhador, levando-o assim a uma relação de dependência e submissão à empresa. “Os contratos de trabalho eram livremente estabelecidos entre o patrão e o trabalhador, que não tinha direitos senão aqueles que o próprio patrão lhe facultava”, registrou Póvoas¹³.

Na fazenda ou empresa rural a justiça era exercida pelo próprio coronel. Além das exigências de produção e de trabalho até a exaustão, o trabalhador ficava à mercê da prepotência e da arbitrariedade de capangas a serviço dos coronéis, como denunciou corajosamente por diversas vezes o jornal cuiabano *A Plebe*. Referindo-se ao proprietário da usina São Miguel, por exemplo, o jornal afirmava que as suas dívidas com os trabalhadores “nunca são pagas porque o trabalhador é alli condenado ao trabalho perpétuo, e sem remuneração”, chegando inclusive a prender “mulher e filhas para garantir a dívida do marido”¹⁴. Além de cárceres privados, o castigo mais comum utilizado nas usinas mato-grossenses foi o *tronco*. Ainda segundo Póvoas, o tronco era um

instrumento formado por duas pesadas vigas de madeira, de quatro a cinco metros de comprimento, dividida em duas metades que se ajustavam, com furos, de espaços a espaços, nos quais se prendiam os braços, as pernas ou mesmo o pescoço dos *condenados*, que assim ficavam deitados, sobre um couro, ao relento, onde, ainda, por vezes, conforme a gravidade da falta cometida, recebiam algumas chibatadas¹⁵.

¹² PÓVOAS, Lenine. *O Ciclo de Açúcar e a Política de Mato Grosso*. s/d. p. 50.

¹³ *Idem*, p. 53.

¹⁴ *A Plebe*, Cuiabá, 22.11.1927.

¹⁵ PÓVOAS, Lenine. *O Ciclo...*, *op. cit.*, p. 53. Ainda segundo o autor, na cidade de Lujan, Argentina, num museu local, existe um tronco semelhante ao utilizado em Mato Grosso com a seguinte

Segundo também o cônego Jacomo Vicenzi, que passou por Mato Grosso em 1918, os castigos mais usados contra os trabalhadores eram “páó, solitaria e tronco”¹⁶.

No entanto, a violência contra o trabalhador raramente era conhecida fora dos limites das fazendas e usinas, dificultando sua divulgação nos jornais. *O Correio do Estado* de Cuiabá, de 7 de novembro de 1920, órgão do Partido Republicano Matto-Grossense, publicou um extenso artigo, sob o título *Camara-das e Patrões*, rebatendo acusações feitas contra usineiros publicadas em outro jornal cuiabano, *O Republicano*, que por sua vez havia transcrito um artigo do jornal *A União*, do Centro da União dos Operários de Cuiabá. Segundo o *Correio do Estado*, o professor Feliciano Galdino, redator da *A União*, “pseudo defensor do operariado” segundo seus opositores, fez acusações contra o coronel Palmyro Paes de Barros e também contra os “usineiros do Rio Abaixo”, chamados de “escravocratas” e “verdadeiros senhores, por assim dizer, do baraço e cutello”. O usineiro João Pedro de Arruda, que fez a defesa das relações de trabalho vigentes entre usineiros e trabalhadores, demonstrou com clareza no seu artigo o pensamento dominante no latifúndio. Afirmava que

quanto a questão propriamente entre camaradas e patrões é racionalmente impossível que se queira de um momento para outro, com propagandas subversivas, substituir um costume e implantado pelos nossos maiores e que tem sido seguido até os nosso dias. A rotina até aqui seguida de se dar ao trabalhador adiantadamente, certa quantia por conta, foi e é o único meio de se obter o serviço desejado. Presentemente o proprietário é obrigado muitas e muitas vezes adiantar á camaradas somma muito maior do que antigamente quando se adquirira o escravo, tendo como garantia unica do seu dinheiro a promessa de serviço; não é justo, portanto, que esses individuos, não cumprindo esses compromissos deixem de trabalhar, porque se o proprietario tem suas letras á pagar o que se verifica fatalmente no dia do vencimento, esses individuos que só tem o seu braço e por isso pedio dinheiro adiantado, deve também ser obrigado a trabalhar. É verdade que precisamos quanto antes que se regule essa matéria, mas, enquanto os poderes públicos não levarem a serio esse problema, estabelecendo, um systema de vida entre o operario e o patrão, nós, os industriaes não poderemos deixar de seguir os processos antigos por sermos a isso obrigados¹⁷.

inscrição “instrumento de tortura usado na Espanha, ao tempo da Inquisição e introduzido, pelos espanhóis, na Argentina” (p.53/54).

¹⁶ VICENZI, Jacomo. *Paraíso Verde*. Impressões de uma viagem a Matto Grosso, s/d. p. 134.

¹⁷ *O Correio do Estado*, Cuyabá, de 07.11.1920.

Ainda nesse artigo, Arruda citava a *incompreensível ingratidão* dos trabalhadores, por ter dado

ao meu pessoal em numero de 60 a maior prova de consideração e estima fazendo-os reunir em um almoço intimo no qual tomei parte juntamente com elles e depois do offerecimento que fiz com palavras de amizade entreguei a todos suas cadernetas relevando a uns, os seus debitos em quantia apreciavel e aos demais pagando os seus saldos. De então para cá adoptei o systema de pagamento mensal e qual não foi este ano o meu desapontamento ver o meu trabalho diminuir 50% e cada operario um snr. que me fazia o favor de trabalhar menos da metade do que nos annos anteriores e ainda provocando grèves, criando dias santificados, enfim um sem numero de obstáculos para diminuir o serviço¹⁸.

Encerrava seu artigo, convidando o redator da *A União*, Feliciano Galdino, a visitar qualquer usina do Rio Abaixo pela certeza que “envez de se tornar um Lenine, se tornaria um antigo Czar da Russia”¹⁹.

Somente com a revolução de 1930, o interventor de Mato Grosso, coronel Mena Gonçalves, impôs a presença do aparato estatal para coibir o mandonismo dos usineiros, invadindo seus redutos com contingentes militares, *libertando os trabalhadores* e submetendo os coronéis donos de usinas à humilhação, sendo presos em seus próprios *troncos*. Ao contrário do que possa parecer, a ação do interventor, mais do que o interesse humanitário de resgatar os direitos dos trabalhadores mato-grossenses, tinha por objetivo submeter a prepotência dos grandes usineiros locais à tutela da nova ordem revolucionária. Entretanto, quase nada foi alterado após 1930 nas relações entre trabalhadores rurais e patrões.

2. As Curvas do Rio e do Trem na Rota dos Trabalhadores Urbanos

Mesmo existindo profundas diferenças regionais desde fins do século XIX, em várias cidades do país, as principais categorias de trabalhadores urbanos foram formadas por ferroviários, estivadores e portuários, gráficos, textéis e operários da construção civil. Os estados mais densamente povoados e de maior

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ *Idem.*

expressão política, em condições favoráveis para obter capital e mão de obra disponível, concentraram o esforço da industrialização brasileira. Segundo F. Foot e V. Leonardi, as disparidades da produção industrial no Brasil, em 1919, estavam assim detectadas “São Paulo: 31,5%; antigo Distrito Federal e estado do Rio: 28,2%; Rio Grande do Sul: 11,1%; Pernambuco: 6,8%; Minas Gerais: 5,6%; Paraná: 3,2%; Bahia: 2,8%; Santa Catarina: 1,9%; Região Norte no seu conjunto: 1,3%; Goiás e Mato Grosso juntos: 0,4%”²⁰. Tais índices demonstraram claramente que a industrialização do Mato Grosso era um processo extremamente débil em relação à sua economia, com predominância agropastoril. Escapando dos limites desse estado agrário, o operariado urbano e suas respectivas organizações classistas foram formadas, em especial, sob os apitos dos navios e dos trens.

Nesse sentido, a primeira questão a ser retomada foi a internacionalização das águas do rio Paraguai, obtida formalmente após a Guerra da Tríplice Aliança, que transformou Corumbá, porto de carga e descarga, num centro pioneiro na organização de trabalhadores do setor portuário. Conforme Azis Simão, as “associações sindicais, até a Primeira Guerra, intitulavam-se: Centro, Círculo, Sociedade, Associação, Liga e União; as federações de categorias: União Geral. O título de Sindicato passa a ser mais frequente a partir de 1920”²¹. Em segundo lugar, no estado de Mato Grosso, tanto a atividade fluvial como a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil constituíram-se reflexos do avanço do capitalismo sobre novos territórios, integrando-os ao mercado internacional pela navegação fluvial via Bacia do Prata e pelos trilhos que cortaram o sertão brasileiro. Além disso, a navegação fluvial e a ferrovia foram os pontos de atração de imigrantes, muitos deles com experiências anteriores de lutas trabalhistas e organização operária.

No caso específico da navegação pelos rios platinos, a organização dos trabalhadores teve um caráter nitidamente internacionalista. Estabeleceu-se uma estreita ligação entre as tripulações dos navios de diversas bandeiras que transitavam da foz do Prata a Corumbá, inclusive em movimentos grevistas. Nesse caso, Mato Grosso não fugiu à regra brasileira, onde as questões sociais foram tratadas como *casos de polícia*, com uma estreita vinculação dos empresários ao

²⁰ FOOT, F., LEONARDI, V. *Op. cit.*, p. 66/7.

²¹ SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, USP, 1966. Nota. p. 209.

aparelho repressor estatal. Segundo Paulo Sergio Pinheiro, na “Primeira República, os empresários tinham a mania de expulsar a *escumalha* social que vinha da Europa, *os agitadores profissionais*. Mantiveram listas negras de *maus* elementos, isto é, militantes políticos ou organizadores sindicais, aos quais negavam trabalho”²².

A estrada de ferro, avançando pelo interior do país, constituiu-se um fato novo que alterou o equilíbrio de poder dos coronéis. A ferrovia exerceu um forte atrativo às populações sertanejas utilizadas como força de trabalho braçal ou estabelecendo-se na periferia do processo, nos *bolichos* à beira da estrada. O fato é que a estrada de ferro funcionou como um elemento desagregador da estrutura coronelista, atraindo seus antigos agregados e, dessa forma, esvaziando o seu *exército de reserva*, o que, por sua vez, permitiu o controle do estado sobre os seus domínios.

Com uma linha inaugurada em 1914, que ia da estação de Itapura em São Paulo ao ponto terminal de Porto Esperança, em pleno Pantanal (próximo a Corumbá), a ferrovia foi construída sob condições insalubres de trabalho, exploração salarial, altos riscos de acidentes e natureza hostil. O jornal *A Voz do Trabalhador* denunciava em 1909 as condições subhumanas impostas pela companhia Noroeste do Brasil aos seus trabalhadores. Conforme este jornal, na NOB “enganam-se os operários com falsas promessas, pagam-lhes mal, ou não lhes pagam, obrigam-nos a trabalhar muito dando-lhes de comer mal e pouco; são victimados pelas febres, pelo cansaço e pela fome e assassinados pelos capangas às ordens de Machado de Mello & Cia”²³. Criticava o governo pelas ocorrências na construção da estrada e pregava um levante popular e a resistência dos trabalhadores. O jornal chegou a iniciar uma campanha de alerta aos trabalhadores para que não fossem trabalhar na ferrovia, pois “ali morre-se victimados pelas febres, pela miséria e pelo chumbo dos capangas”²⁴. A solidariedade com os trabalhadores da Noroeste, sobre as denúncias das más condições de trabalho e das arbitrariedades, foi encabeçada pela União dos Sindicatos de S. Paulo que se propôs também a distribuir panfletos, inclusive nos países de origem dos imigrantes que traba-

²² PINHEIRO, Paulo Sergio. Prefácio, in: FOOT, F., LEONARDI, V. *Op. cit.*, p. 16.

²³ *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, Rio de Janeiro, ano I, n. 9, de 17.04.1909 (edição fac-similar).

²⁴ *Idem*, ano I, n. 10, de 01.05.1909.

lhavam na ferrovia. Nessa campanha, *A Voz do Trabalhador* chegou a publicar o termo de contrato de trabalho da empresa que, de forma draconiana, impunha, entre outras condições, 10 horas mínimas de trabalho, incluindo sábados, domingos, feriados e períodos noturnos; a não aceitação de reclamações salariais; a obrigatoriedade dos trabalhadores de comparem no armazém do empreiteiro e o pagamento dos salários vencidos em um mês somente no dia 30 do mês seguinte.

Em 1913, o jornal *A Voz do Trabalhador* anunciava, sem determinar o lugar, que “os operarios da estrada de ferro Noroeste do Brazil declaram-se em greve por não receberem os seus salarios ha 9 mezes”²⁵. A situação atingiu níveis insustentáveis e a reação dos operários foi violenta. Destruíram a *ferro e fogo* “tudo aquilo que pertencia” à empresa, para “evitar que os mesmos instrumentos sirvam para explorar outros trabalhadores” e abandonaram o trabalho e o lugar.

A partir dos anos 1910, os trabalhadores urbanos de Mato Grosso já esboçavam uma incipiente tentativa de organização e reação. Em 1911, o jornal *O Comercio* noticiava que em Corumbá as tripulações dos vapores *Mercedes* e *Miranda*, ambos do Lloyd Brasileiro, estavam em greve por atraso de pagamento²⁶.

Em abril de 1915, um grupo de operários de Cuiabá publicou nos jornais um convite para uma reunião preparatória para comemorar, pela primeira vez, o 1º de Maio. Isso bastou para que as forças conservadoras, encabeçadas pela Igreja Católica, comesçassem a desmobilizar essa iniciativa. Dada a influência exercida pela Igreja sobre a sociedade no período, pode-se imaginar como foi grande o isolamento dos poucos operários que tentaram dar um rumo às lutas trabalhistas.

O jornal católico *A Cruz*, em 1915, demonstrava todo o conservadorismo e o preconceito ao tratar as manifestações dos trabalhadores e a festa do 1º de Maio em Mato Grosso. Fazendo um alerta ao operariado católico cuiabano e procurando desestimular a sua participação, o jornal afirmava:

1 de Maio é a festa dos operarios revoltosos das officinas e fabricas contra a Justiça de Chicago pela execução de tres operarios; 1 de Maio, a data revolucionaria dos operarios anarchistas e socialistas, não tem nenhuma razão de encontrar echo no coração do próbo e pacifico operariado cuiabano./ Datas, festas e doutrinas ha com que os filhos das trevas têm conseguido illudir por

²⁵ *Idem*, ano VI, n. 45, de 15.11.1913.

²⁶ *O Comercio*, Cuyabá, 11.08.1911.

longo espaço de tempo, enganar matreiramente o espirito catholico, mas, o 1 de Maio, uma dessas datas vermelhas, que nos centros de grande movimento, a Policia tem registrado como um dos maiores perigos sociaes, tal o seu character francamente revolucionario, não póde, nem poderá obter por isso mesmo, em parte alguma a adhesão, o apoio dos operarios catholicos que a têm repudiado formalmente./ Para lançarem num meio sosegado e excessivamente condescendente como o nosso o germen ou melhor, o fermento desse mal, que só prejuizos e desgraças tem causado á sociedade com incendios, dynamites e horrendos massacres, como aconteceu em Barcelona, os promotores e planejadores de tal festa, já vem, naturalmente, á socapa, perante o nosso bom operariado com a mesma labia, com a mesma astucia dos barriqueiros, grevistas e arruaceiros dos centros populosos, dizendo ser *a festa pacifica do trabalho, a nobre festa do operariado intelligente*, mas, em primeiro logar: *sem distincção de crenças!* Mas, é bom que saiba, que comprehende o nosso operariado intelligente ser essa data anarchista e socialista: *anti-catholica, anti-capitalista e anti-militarista*²⁷.

Mais adiante, e sugerindo a comemoração em outra data, o jornal fazia uma diferenciação entre o operariado cuiabano e os *turbulentos e arruaceiros dos centros populosos* e terminava o artigo afirmando que:

Não ha motivos para que o nosso bom e pacifico operariado queira aprender como se fazem arruaças./ Primeiro de Maio é uma data revolucionaria, data de odios e vinganças, data de brado contra as auctoridades constituídas, data de assalto contra todos os fóros da civilisação moderna.

Os operarios cuiabanos em geral catholicos, honestos, patriotas e bem pensantes não podem e nem devem festejar o 1 de Maio²⁸.

A pressão católica foi insuportável e atingiu seus objetivos, pois, uma semana depois, o mesmo jornal *A Cruz* voltou à carga com um manifesto de oposição assinado por alguns *operários*:

Operarios! Sabendo que uns individuos que nunca tomaram interesse pela nossa classe convidam a uma reunião para se combinar o melhor meio de se festejar a data de 1 de Maio, data socialista e anarchista, cujos festejos em toda a parte só tem servido para desmoralizar a nossa classe, vos dirigimos esse appello:

Operarios! Não concorramos de modo algum, não demos o nosso apoio a essa festa porque essa data tem sido a vergonha do operariado honesto, tem sido a

²⁷ *A Cruz*, Cuiabá, 11.04.1915.

²⁸ *Idem*.

causa do afastamento que nos tem votado espiritos rectos e as vezes, os nossos maiores amigos, nos centros adiantados!

Operarios! Nós estamos acostumados a uma vida pacifica nesta terra abençoada, nos que somos amantes da ordem, que estamos em pleno abrigo das leis, em pleno gozo de nossos direitos de cidadão de uma patria livre e rica, não temos por ora, nenhum direito a reivindicar.

Nenhum direito nos temos de reivindicar porque não há em nosso meio quem amontoe fortuna com o suor do nosso rosto, não há aqui quem arranque da boca dos nossos filhos o que ganhamos com o suor do nosso trabalho honesto!/
/

Somos nós o operariado inteligente, um operariado diferente daquelle que celebra o 1 de Maio, porque para a manutenção de nossas familias basta o nosso trabalho, basta o sagrado suor do nosso rosto! Não queiras ir aprender com os socialistas e anarchistas de 1 de Maio a assaltar o cofre dos ricos!

Operarios! Associarmo-nos a essa festa, é demonstrarmos, para a nossa vergonha, que somos um operariado a quem os socialistas e anarchistas tornaram famintos com as mais tristes explorações, é demonstrarmos, para a nossa baixeza, que também estamos á mercê desses exploradores que nada desejam de bem para o operariado, atijando-os ás desordens, ás arruaças!

Esses que estão por ahi a illudir-nos, a convidar-nos com mal nos labios, tem as mesmas intenções dos socialistas impios, anti-militaristas e anti-capitalistas de toda a parte. Querem se pôr no meio de nós para conquistar a nossa amizade, para conquistar o prestigio perante nós para o suffragio das eleições, para explorarem o que ganhamos para a manutenção de nossas familias!

Nos os conhecemos de perto. Nenhum interesse tem pela nossa felicidade, elles só miram os seus interesses pessoases!

1 de Maio é a festa do operariado de peor especie, desordeiros da mais baixa camada!/
/ Honestos operarios! Laboriosos companheiros! Para comemorarmos a festa do trabalho devemos escolher uma das gloriosas de nossa patria!

Não nos associaremos á festa de 1 de Maio que não é digna de nós! (Alguns operarios)²⁹.

O silêncio do jornal sobre o assunto após esta data permite de fato considerar que, com esse patético apelo e com a pressão da Igreja, as forças conservadoras conseguiram bloquear e desestimular uma tentativa bem sucedida de

²⁹ *A Cruz*, Cuiabá, 18.04.1915.

participação dos operários cuiabanos numa festa marcadamente politizada, de denúncia, de reivindicação e de caráter internacionalista.

Nesse mesmo ano, surgiu em Cuiabá, no Arsenal da Marinha, a Sucursal do Circulo de Operários da União (depois Centro Operário de Cuiabá), filial da organização congênere do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. No ano seguinte, o deputado Amarildo de Almeida apresentou um projeto de lei na Assembléia Legislativa, autorizando

subvencionar, mediante indicação da Succursal de Circulo Operário da União, nesta capital, com a quantia de cento e vinte mil réis cada um, até o numero de 12 jovens mato-grossenses, que desprovidos de recursos pecuniarios, queiram ir fazer seus estudos em escola profissional ou aperfeiçoar seus conhecimentos profissionais em officina da capital da União³⁰.

Pelo fato de ser criada sob a disciplina e a ótica militar do Arsenal da Marinha, a organização teve um caráter assistencial e beneficente. Essa situação modificou-se muito pouco, pois em 1943, Firmo Rodrigues afirmava que “é com o operariado disciplinado e ordeiro, morigerado e obediente, que o Centro Operário vem-se mantendo, há mais de trinta anos, prestando auxílios a seus associados e elevando-se no conceito social”³¹.

Porém, foi em Corumbá que os operários, ligados à navegação fluvial, organizaram-se regularmente em associações classistas. Em 1917 foram fundados o Gremio dos Machinistas da Marinha Civil, o Gremio dos Machinistas Civis e a Sociedade União dos Taifeiros; e em 1919, a Sociedade dos Marinheiros Unidos da Marinha Mercante e o Centro Operário de Corumbá.

O Gremio dos Machinistas da Marinha Civil, fundado em 20 de maio, estabelecia que seus filiados somente eram “obrigados a trabalharem durante 8 horas por dia nos dias uteis da semana, nos portos ou em viagem”³². Outra preocupação da agremiação foi proteger seus filiados de transferências arbitrárias para outras embarcações, ou mesmo da exigência de trabalhar fora das embarcações onde estavam lotados. Esse Regimento, evidentemente, procurava impedir a costumeira exploração do trabalhador por parte dos ar-

³⁰ *Gazetta Official*, Cuiabá, 27.07.1916.

³¹ RODRIGUES, Firmo. *Figuras e Coisas de nossa terra*. Cuiabá, 1959. p. 143.

³² *Gremio dos Machinistas da Marinha Civil*. Regimento Interno aprovado em 05.10.1919.

madores, no porto de Corumbá. Já o Gremio dos Machinistas Civis propunha “organizar uma bibliotheca instructiva, promover conferências e fundar aulas primarias e profissionaes”³³.

A Sociedade União dos Taifeiros, por sua vez, defendia “o engrandecimento, prosperidade e elevação, moral e intellectual e pessoal dos seus associados”, e “sem distinção de nacionalidade”³⁴. Outra agremiação, a Sociedade dos Marinheiros Unidos da Marinha Mercante, registrava entre seus objetivos que

os socios que compõe o gremio dos Marinheiros, ao constituir-se em Sociedade, é com o fim unico de melhorar as suas condições material, moral e intellectual, e inculcar-se-lhes os verdadeiros principios de solidariedade, fazendo com os mesmos reunir em um só pensamento o direito de todos, como também ajudar-se mutuamente a desfrutar dos beneficios que a todos proporcionam o esforço de cada um³⁵.

No ano de 1917, a carestia e a crise econômica que assolavam Corumbá, reflexos da Primeira Guerra Mundial e do colapso da navegação fluvial, atingiram duramente a classe trabalhadora, em especial, a portuária. Isso refletiu claramente na análise que os taifeiros fizeram para justificar a organização da Sociedade União dos Taifeiros. A Sociedade surgiu obedecendo as seguintes considerações:

PRIMEIRA: Na actualidade, operou-se um augmento extraordinário nos preços dos generos de primeira necessidade, de maneira que nós obreiros, que vivemos de nosso salario achamos impossibilitados de manter, com o que ganhemos, as nossas familias; SEGUNDO: A crize chronica reinante tende a agravar-se cada vez mais ficando o obreiro sem esperança de melhorar a sua má situação; TERCEIRO: Os armadores estão-se prevalecendo da circunstância crítica do momento para diminuir o ordenado e despençar pessoal nos vapores e demais embarcações, augmentando, portanto, as dificuldades da vida dos obreiros sem compadecerem-se delles³⁶.

Em vista dessas considerações, os taifeiros organizaram-se para tomar as seguintes medidas através da Sociedade:

³³ *Estatutos do Gremio dos Machinistas Civis de Corumbá.*

³⁴ *Estatutos da Sociedade União dos Taifeiros.*

³⁵ *Estatutos da Sociedade dos Marinheiros Unidos da Marinha Mercante.*

³⁶ Anexo do Ofício do Presidente da União dos Taifeiros, Eugenio Ferreira Saldanha ao Illmo. e Exmo. Senr. D. Francisco de Aquino, D. Presidente do Estado, Corumbá, 13 de Maio de 1918.

A- Fazer o possível para fundar uma sociedade que torne efectiva a união da mesma classe dos Taifeiros e que logo trate de conseguir um ordenado compatível com as suas necessidades; B- Fazendo-se efectiva a organização lógica a estabilidade dos seus direitos podendo-se então corrigir qualquer abuso ou irregularidades da parte dos armadores; C- fazer cada um uso dos seus direitos preparando-se moralmente por meio da pratica continua delles a ser homem apto no sentido generico dentro e fóra da mesma sociedade³⁷.

No ano seguinte, os operários do Arsenal de Marinha também denunciaram a aflitiva situação dos trabalhadores do estado, “determinadas pela elevação de preços dos generos de primeira necessidade e pela alta dos aluguéis de casa, dando aspecto mais doloroso a nossa vida de pobres, quando sentimos a penuria em casa e a impossibilidade material de dar aos nossos filhos uma educação elementar”³⁸. Denunciaram também o abandono a que estavam sujeitos, comparando seus salários aos aumentos salariais de outras categorias. Ilustrando essa denúncia, afirmaram que

os funcionarios das Alfandegas e das Delegacias Fiscaes tiveram os vencimentos augmentados até 40% de vencimentos anteriores como os tiveram augmentados em notavel proporção os funcionarios da Estrada de Ferro, por duas vezes os funcionarios dos Correios, por uma vez ainda os operarios do Arsenal do Rio de Janeiro, ficamos nós esquecidos em Matto-Grosso como ficaram esquecidos os nossos colegas operários do Arsenal do Pará³⁹.

A questão da educação, por sua vez, foi colocada no documento dos trabalhadores como uma peça fundamental de suas preocupações. Porém, alertavam que o trabalho de seus filhos era necessário à complementação do rendimento salarial familiar e, deixar de trabalhar para frequentar escola, significava “minguar o pão em casa”⁴⁰. Por outro lado, para os operários do Arsenal da Marinha, o baixo salário tornava impraticável o pagamento de escola à noite. Assim, denunciavam que “não possuindo o Estado escolas profissionais, a officina do operario terá que ser a escola do filho, por não se conciliarem as horas dos ensinos elementar e profissional”⁴¹. Essa preocupação com a educação dos trabalhadores

³⁷ *Idem*.

³⁸ Abaixo-assinado ao Presidente do Estado, Arsenal de Marinha de ladário, 24.05.1918.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ *Idem*

e de seus filhos apareceu em todas as associações e centros de operários em Mato Grosso. Nos estatutos do Centro Operário de Corumbá, por exemplo, além da proposta de uma biblioteca, com livros de “artes, jornaes, revistas, etc.”, foi incluída a fundação de “uma ou mais escolas onde seja ministrada instrucção aos socios, seus filhos e dependentes”. Chegou-se inclusive a definir a escola como “de instrucção primaria para ambos os sexos”, com cursos no período diurno e noturno, sendo de “desenho linear e geométrico” e “industriales para os filhos e irmãos menores dos associados para aprenderem officios”⁴².

A imprensa, expressando interesses de grupos econômicos, ou do próprio governo, raramente divulgava questões relacionadas aos trabalhadores, ressaltando sempre o aspecto policiaesco da questão. As lutas trabalhistas eram encaradas como problema policial, manifestação de oposição ao governo ou mesmo como influência de trabalhadores vindos de outros estados ou de outros países. O Jornal *O Matto-Grosso*, do Partido Republicano Mato-Grossense, sobre a greve dos trabalhadores da estrada do Urucum (Corumbá), publicou uma nota narrando que

começam as greves na estrada do urucum a Corumbá, provocadas pelos trabalhadores vindo há poucos dias do Rio e S. Paulo. Hoje, pela manhã, o subdelegado de policia de Ladario pediu por telephone o auxilio da força publica que accendeu incontiente fazendo seguir uma força de treze homens sob o comando de um official, a qual chegou a tempo de evitar a explosão preparada por uma das turmas, restabelecendo a ordem e fazendo voltarem todos ao trabalho⁴³.

Em outra edição, o mesmo jornal relacionava a greve aos interesses políticos e partidários denunciando que

os trabalhadores da estrada das Minas e Viação estão sendo preparados por conhecidos valentões conservadores⁴⁴ do Ladario mancomunada com o delegado de policia, para se collocarem em attitude hostile, impondo condições á companhia. Hontem, cerca de 40 individuos abandonaram o trabalho, vindo á delegacia capitaneados pelo *bravo* de Mimoso, exigindo augmento de salario. O delegado procurou o director da companhia, exigindo que attendesse a reclamação. Esses homens não voltaram ao trabalho⁴⁵.

⁴² *Estatutos do Centro Operário de Corumbá*, Typ. Do Commercio, 1919.

⁴³ *O Matto-Grosso*, Cuyabá, 14.07.1918.

⁴⁴ Refere-se aos membros do Partido Republicano Conservador.

⁴⁵ *O Matto-Grosso*, Cuyabá, 08.09.1918.

Foi, portanto, a falta de espaço na imprensa cuiabana que motivou o aparecimento, em maio de 1919, do jornal *A União*, voltado aos interesses do operariado mato-grossense.

As dificuldades dos operários continuaram a persistir com a baixa qualidade de vida, as cruéis relações de trabalho, a carestia e os baixos salários. Neste ano de 1919 a situação tornou-se mais aguda com a rápida expansão de uma epidemia de gripe que se alastrou por todo o estado, com alto índice de mortalidade, disseminada pela navegação fluvial. Veicularam na ocasião notícias de tentativas de greves dos operários portuários e embarcações em Corumbá e de trabalhadores da Madeira Mamoré Railway Company. Os trabalhadores da Cia. Minas e Viação, também em Corumbá, iniciaram um movimento grevista, armados e ameaçando impedir a extração de minério de manganês. Segundo o jornal *O Matto-Grosso*, policiais tomaram de assalto o “reducto dos revoltosos, prendendo 15 dos cabeças, todos hespanhoes”⁴⁶.

No entanto, o movimento grevista de maior intensidade ocorreu com os trabalhadores da estrada de ferro sediados em Aquidauana, que estavam construindo a ponte sobre o rio do mesmo nome. Na construção desta ferrovia, a participação de imigrantes com experiências de lutas trabalhistas, inclusive difundindo livros estrangeiros de interesse da classe trabalhadora (segundo tradição oral, no Centro Operário de Aquidauana os operários da estrada de ferro reuniam-se para ouvir a leitura de livros estrangeiros que terminava com debates entre os participantes), conferiu um direcionamento político às reivindicações dos trabalhadores. O jornal *O Matto-Grosso*, de 04.08.1919, noticiou que o professor Jorge Bodstein Filho insuflava os operários para entrarem em greve, prejudicando assim a construção da ponte.

Mais uma vez a questão foi colocada como reflexo das disputas entre partidários do Partido Republicano Mato-Grossense e do Partido Republicano Conservador do senador Antonio Azeredo. A greve que se iniciou em outubro daquele ano, foi vista inicialmente pelo jornal *O Matto-Grosso*, de 19.10.1919, como pregação dos conservadores liderados por Bodstein para desmoralizar o governo de D. Aquino Corrêa.

Os operários da NOB reivindicavam aumento de salário, demissão do médico Marinho Rego, do inspetor de tração Machado e a revogação da remoção de

⁴⁶ *Idem*. 18.05.1919.

Francisco Garcia, presidente do Centro Operário. O jornal *O Matto-Grosso* afirmava ainda que “o verdadeiro motivo da greve é a exploração que desde muito vem fazendo, com fins políticos, o professor Bodstein, comparsa azeredista, produzindo discursos incendiários no Centro Operário, de cuja diretoria faz parte”⁴⁷.

Próximo ao rio Aquidauana, os grevistas cortaram dormentes, deixando os trilhos suspensos para impedir a passagem do trem de passageiros. O descarrilamento que se seguiu fez tombar a locomotiva, o carro de correio e o de transportes de animais, não sendo, porém, atingidos os carros de passageiros. Da sabotagem, ficaram gravemente feridos o maquinista e o foguista.

A repressão foi fulminante, com mais de uma centena de prisões. Em editorial, *O Matto-Grosso* deu outra conotação ao movimento grevista, afirmando que o professor Jorge Bodstein Filho constituiu-se no principal explorador dos “pobres trabalhadores da estrada de ferro, mettendo-se a pregar as estapafúrdias idéas maximalistas”, levando a classe operária a “cometer excesso e desmandos de toda ordem, ao ponto de ter o governo de usar contra ella de medidas de rigor”⁴⁸. De fato, o inquérito sumário do delegado especial Mario Monteiro concluiu com o envolvimento de 10 empregados. Porém, a Justiça Federal não deu andamento ao processo e os dois operários que ainda estavam presos, o líder Francisco Garcia e outro de nome Magalhães foram libertados por força de *habeas-corpus*. Não se teve notícias dos possíveis desdobramentos desta greve. As acusações do jornal *O Matto-Grosso* aos grevistas da estrada de ferro, chamando-os *maximalistas*, teve origem nas repercussões da Revolução Russa entre as organizações operárias. Segundo José Ingenieros, citado por Lima Barreto, maximalismo⁴⁹ definia-se como “a aspiração de realizar o máximo de reformas possíveis dentro de cada sociedade, tendo em conta as suas condições particulares”⁵⁰.

⁴⁷ *O Matto-Grosso*, Cuyabá, 23.10.1919.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ Segundo NEGRO, Helio, LEUENROTH, Edgard, que escreveram *O que é Maximismo ou Bolchevismo*. Programa Comunista, São Paulo, 1919, a forma correta é maximismo ou bolchevismo, que que “Maximalismo ou Bolshevikismo, etc., são idiotismos que tiveram origem na tradução do idioma russo para o inglês e deste para o português”. (p. 5)

⁵⁰ BARRETO, Lima. Sobre o Maximalismo, in: BARRETO, Moniz. *O ano vermelho* (a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 359.

Por outro lado, os cocheiros de praça da cidade de Campo Grande, ao sul do estado, fizeram a sua primeira greve, que contou com o apoio do promotor público Jayme de Vasconcellos. A reação dos cocheiros foi contra a tabela de preços organizada pela Câmara Municipal e sancionada pelo intendente. Além disso, manifestaram-se contra instruções a respeito emitidas pela Chefatura de Polícia. Na mesma ocasião e na mesma cidade, registrou-se a notícia da fundação da Sociedade União dos Trabalhadores ligada aos ferroviários da Noroeste, que em pouco tempo passou a coordenar a luta dos trabalhadores para a indignação do engenheiro civil Armando de Arruda Pereira. Contratado pela Companhia Construtora de Santos, para a construção de quartéis na fronteira, registrou Pereira o seu confronto com os trabalhadores organizados em 1922:

recebiamos cartões do secretario da *SOCIEDADE OPERARIA UNIÃO DOS TRABALHADORES E FORÇA RECONSTRUCTORA DO MUNDO*, apresentando-nos operarios. Sim senhor! C. Grande, que jámais conhecera organização de trabalho em grande escala, onde os methodos modernos de construção ainda eram desconhecidos, já possuindo um sindicato operario! Breve surgiram os boletins malcreados, instigadores das desordens por qualquer motivo. O Sindicato só visava uma cousa: Atrazar os serviços, implantar a desordem para mais tarde, levar a cabo fins lucrativos... Recebi varios officios aos quaes não dei resposta por julgar que não estavam em termos. Prosseguiram, e, já as instigações eram sediciosas e os termos insultuosos. Exigiam. Pregavam greve. Ameaçavam!⁵¹.

A pressão contra a organização dos trabalhadores pareceu ter atingido seus objetivos, pois segundo Pereira,

Esclareci o quanto pude que estavam sendo explorados por meia duzia de estrangeiros aos quaes pagavam mensalidades para que elles vivessem sem trabalhar. Avisei e com especialidade aos nacionaes, que se retirassem da Sociedade onde não havia ideaes dignos, e que servissem de exemplo aos demais. Estava decidido, uma vez que os sindicatos tinham passado á ameaçar, responder-lhes agindo com a maxima energia⁵².

No entanto, a área de maior intensificação de organizações dos trabalhadores urbanos continuou sendo Corumbá, especialmente na atividade fluvial. Na

⁵¹ PEREIRA, Armando de Arruda. *Construindo...* São Paulo: Graphica Paulista Editora, 1930. p. 25/6.

⁵² *Idem*, p. 26.

década de 1920, apesar da decadência da navegação fluvial via Bacia do Prata, além das organizações por categoria, maior expressão teve o movimento operário com a criação de uma confederação das organizações sindicais. Em 1920, os portuários paralisaram todo o movimento de malas postais, cargas e passageiros. O jornal *O Matto-Grosso*⁵³, defendendo os interesses dos proprietários de embarcações noticiava que os tripulantes “pleiteam neste instante um aumento de salario correspondente a 50% do que percebiam, alem da elevação da tripulação e redução de tempo de serviço”. O escandalizado jornal cuiabano qualificava essas reivindicações como uma “pretensão absurda, visto o vultuoso accrescimo de despesas mensaes, que accarretariam a fallencia dos donos de embarcações”, e que os trabalhadores com suas reivindicações queriam que “os capitais abrissem mãos dos lucros e trabalhassem exclusivamente para proporcionar ganhos às tripulações, sem compensação para o riscos a que estão expostos”. Os proprietários de embarcações, como tentativa de desmobilização do movimento grevista, uniram-se em *locaute* para submeter os trabalhadores “às condições até ha pouco existentes entre ambas as partes”. Acusava também a Capitania dos Portos de garantir aos tripulantes todos os benefícios colocando-os em igualdade de condições com os proprietários, “creando a estes uma situação de constantes dificuldades e ameaças”. Solicitava ainda o *O Matto-Grosso* que ao lado das medidas para amparar o “trabalhador do braço pobre”, também “garanta o capital que ampara o trabalhador e assegura sua continuidade”.

Por esta época, conforme Edgar Rodrigues⁵⁴ fundou-se em Corumbá um jornal, homônimo de outro em Cuiabá, *A União*, defendendo a organização sindical dos trabalhadores e marítimos e um sindicalismo independente. Também foi fundada na cidade a Escola Centro Operário, tendo à frente o professor Luiz Feitosa Rodrigues⁵⁵.

O antagonismo de classes, contrapondo trabalhadores e empresários, já não podia mais ser disfarçado. A participação dos trabalhadores nas assembléias e o cumprimento das decisões tomadas mostravam o quanto os portuários de Corumbá estavam coesos e avançados em sua organização. A força dos trabalhado-

⁵³ *O Mato-Grosso*, Cuyabá, 19.12.1920.

⁵⁴ RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos* (História do movimento operário e das lutas sociais no Brasil)(1922-1946). Rio de Janeiro: Mundo Livres, s/d., p. 59.

⁵⁵ *Idem, ibidem*. p. 91.

res também apareceu com clareza em documentos oficiais, estabelecendo uma forte oposição entre as organizações sindicais e os armadores locais. É óbvio que as autoridades policiais e governamentais viam sempre os armadores como vítimas das exigências dos trabalhadores. O capitão-tenente Durval Julião, da Capitania dos Portos de Corumbá mostrava claramente essa posição afirmando que os armadores estavam “a mercê da massa infelizmente ignorante”⁵⁶, que através de decisões de assembléias faziam “imposições ellegaes e absurdas”, criando assim “uma situação de ameaça constante á navegação e consequentemente ao commercio, economia e vida deste Estado”. O capitão-tenente Durval Julião representou, de fato, o elo da repressão entre os grandes centros e o porto de Corumbá, combatendo as lutas dos trabalhadores “dentro da Lei e fóra della”⁵⁷, usando como exemplo a atuação da polícia com a prisão, em 1921, no Rio de Janeiro, de 600 grevistas como forma adequada de tratamento aos trabalhadores sindicalizados. Advogou ainda o capitão dos Portos a invasão e o fechamento dos grêmios dos trabalhadores e a prisão de suas lideranças.

Em 1925, o mesmo capitão dos Portos, em relatório, criticou o direito de associação e relacionou a luta dos trabalhadores fluviais com o “movimento comunista que durante um anno suspendeu toda a navegação da Republica Argentina”⁵⁸ e que esta situação permitiu a vinda para a região de “muitos inde-sejáveis e com elles suas idéas perniciosas”.

O caráter internacional da navegação fluvial favoreceu os contatos entre tripulantes de diversos países, contribuindo assim para que a troca de idéias e de experiências criasse no porto de Corumbá um operariado consciente, forte e aguerrido. A denúncia de que a formação de grêmios de trabalhadores foi uma influência da navegação platina simplesmente confirmou esta posição.

Em 1930, o Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores encaminhou ao presidente do Estado de Mato Grosso, Annibal de Toledo, informações sobre a propaganda comunista nos portos de Corumbá e de Ladário, inclusive ventilando a hipótese de expulsão de estrangeiros do território nacional. Em có-

⁵⁶ Ofício do capitão-tenente Durval Julião ao Exmo. Snr. Presidente do Estado de Matto-Grosso, Corumbá, 18.07.1923.

⁵⁷ Ofício do capitão do porto Durval Julião ao Secretario Geral do Estado, Virgilio Corrêa Filho, 18.02.1925.

⁵⁸ *Idem*.

pia reservada do Arsenal de Marinha, citava como agitadores entre o “pessoal marinho de Flotilha”, o capitão-tenente reformado Francisco Lucas Gomes Paulino e Aurélio Fretes.

O Capitão Tenente Francisco Gomes Paulino é um sincero entusiasta da causa comunista e um ardente propagandista de suas idéas. Exercendo aqui as funções de pintor está sempre cercado de gente da pior especie e de estrangeiros, notadamente bolivianos e paraguayos. Aurelio Fretes, paraguayo, é o Presidente da Associação dos Taifeiros, a mais revolucionaria das Associações de classe de Corumbá. Verificou o Delegado de Policia dessa última cidade que aquella Associação entrou em accordo com a *Asociacion Obrera*, de Assumpção, para um trabalho commum pela causa bolchevista. Quanto a esse estrangeiro parece-me facilmente se poderá aplicar a lei da expulsão⁵⁹.

Nesse mesmo mês de julho de 1930, o Gabinete do Ministro voltou a informar ao presidente Annibal de Toledo a existência de um comitê de obreiros comunistas no sul de Mato Grosso.

Esses avisos do governo federal com grande probabilidade serviram de pretexto à repressão aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, que a revolução de 1930 nada alterou. O escudo do anticomunismo serviu como forte argumento para combater o avanço das conquistas sociais dos trabalhadores. Um documento enviado ao Interventor Federal, capitão Menna Gonçalves⁶⁰, em nome dos “humildes proletarios da marinha mercante”, assinado por Manuel Eugenio de Guimarães, presidente da Sociedade União dos Foguistas; José Lyvio, presidente da União dos Taifeiros; Manuel Maria, presidente da Sociedade dos Marinheiros Unidos, denunciava a artimanha dos patrões e da repressão. Segundo o documento

devemos, preliminarmente, evidenciar um phenomeno que não deve fugir á observação de V. Excia. É que, a falta de argumentos verdadeiros contra o pessoal embarcado e pertencentes ás sociedades que representamos, pretendem os que desejam e não conseguem escravizar-os, prolongar até os dias de hoje, um artificio crudelissimo, terrivel, hediondo até, e do qual vinham se valendo como arma infalivel, nos ultimos tempos do governo deposto em 24 de Outubro do anno p. findo. Esse artificio era o seguinte: qualquer attitude

⁵⁹ Cópia n. 309. Reservado. Ministério da Marinha. Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso, em 2 de julho de 1930. João Francisco de Azevedo Milanez. Capitão de Fragata.

⁶⁰ Ofício ao Interventor Federal Coronel Antonino Menna Gonçalves, Corumbá, 18.03.1931.

dos humildes trabalhadores visando melhoria para a sua situação, inspirava logo, de imediato, um grito que era assim como uma senha, mediante a qual se desencadeavam contra os oprimidos, todas as iras e todos os recursos de pesada opressão policial! Esse grito que consistia na exploradíssima palavra *COMMUNISTAS!*... nós o ouvimos envergonhados até, diante da insensatez que condenava, mas produzia os seus efeitos desejados: prisões, deportações, ameaças e truculências as mais injustas, as mais revoltantes⁶¹.

Neste documento, os operários procuravam desfazer o rótulo de comunistas, denunciando ao mesmo tempo a exploração a que estavam submetidos. Mostravam também o dia a dia de suas vidas e de seus familiares e esperavam justiça, principalmente “quando o governo benemerito de V. Excia. acaba de fazer raiar de novo, nas Usinas do Estado, o sol vivificante de 13 de Maio— libertando quasi uma centena de escravos brancos”, numa referência à atitude de Menna Gonçalves de invadir as usinas e prender os usineiros *escravistas*.

“O facto de sermos humildes não nos deve privar da Justiça, num paiz como o nosso e sobretudo sob os auspícios da Nova República! Queremos Justiça!”, foram as palavras derradeiras e contundentes do documento, sem saber os seus signatários que uma *nova república* salvadora viria travestida de *farsa* no tratamento da classe trabalhadora em Mato Grosso e no resto do país.

⁶¹ *Idem.*